

Representação Política vista no Senado



O senador Cattete Pinheiro debateu com empresários na ACDF sua emenda

O senador Cattete Pinheiro debateu sua emenda constitucional que estabelece a representação política para o Distrito Federal na reunião da diretoria da Associação Comercial do Distrito Federal realizada na sede da ACDF. A Comissão Mista que deverá estudar e dar parecer sobre a proposta foi instalada ontem, e deverá receber as propostas de emendas até o dia 7 de setembro. O prazo para que a Comissão apresente seu parecer é o dia 28 de setembro próximo, após o que o Projeto será discutido em sessão conjunta do Congresso Nacional.

O senador Cattete Pinheiro iniciou sua exposição afirmando que há cerca de dois anos considerava inoportuna a tentativa de estabelecimento de representação política para o Distrito Federal, em vista do quadro de exceção institucional que existia no país. A partir do momento em que se busca a normalização da vida política com a volta ao estado de direito — afirmou ele — achou conveniente apresentar uma proposta que estabelece a eleição direta e secreta de três senadores no DF, como primeiro passo para que a população de Brasília e das cidades-satélites possa exercer seu direito de voto.

O senador paraense explica a escolha do Senado para a sede dessa representação pelo fato de que essa Casa já tem a atribuição constitucional de legislar sobre os assuntos referentes ao Distrito Federal e fiscalizar a aplicação de seu orçamento. Além disso a agregação de três senadores do DF contornaria uma das objeções levantadas com maior frequência quando se fala de representação política para Brasília — o alto custo da instalação de uma Assembléia Legislativa específica para legislar sobre o DF. A partir da consolidação dessa primeira etapa — afirma Cattete Pinheiro — seria possível pensar em estender a representação até a Câmara dos Deputados e ampliá-la de outras formas, dentro do critério de gradualismo implantado pelo presidente Geisel.

DISCUSSÕES

Os debates que se seguiram à exposição do senador giraram em torno da vinculação da representação política de Brasília à abertura política em sua maior parte. O presidente do Conselho Superior da ACDF, Pedro Henrique Teixeira, afirmou que se a população não tiver canais adequados de expressão a política se fará em lugares impróprios, como a Universidade, as associações de classe e outras entidades.

O general Hugo Bethlem, da ACDF, afirmou que embora apoiando inteiramente a proposta do senador, discorda do excessivo gradualismo do processo de abertura, e vincula a aprovação de qualquer projeto como o de Cattete à rápida implantação do estado de direito. Por isso considera que a criação de uma forma de representação política para o Distrito Federal teria chances muito maiores de se efetuar no caso de uma vitória da candidatura Euler Bentes Monteiro no Colégio Eleitoral que escolherá o futuro Presidente da República no dia 15 de outubro. Afirmou ainda que discorda da tese do professor Afonso Arinos de Mello Franco, de que os integrantes do Colégio Eleitoral são obrigados a votar nos candidatos da sua legenda, sob pena de anulação do voto, e acrescentou que a vitória de Euler Bentes é a única forma de assegurar uma transição pacífica para o estado de direito, e conseguir a aprovação de reivindicações como a representação política para Brasília.

O senador Cattete Pinheiro respondeu afirmando que mesmo que seu projeto não fosse aprovado nesta tentativa, seria importante que a população da cidade se mobilizasse em favor dele, como forma de marcar a posição dos brasilienses a respeito do assunto, deixando claro que mais cedo ou mais tarde essa reivindicação terá que ser atendida. Replicou a afirmação de uma coluna de um jornal da cidade, de que sua proposta seria contrária aos interesses da população do Distrito Federal, e pediu que os brasilienses fizessem o máximo de pressão sobre os deputados e senadores, através de manifestações públicas, envio de telegramas e outras maneiras de sensibilizar os legisladores para o problema. O presidente da ACDF, Lindberg Aziz Cury, informou que a ACDF formará uma comissão para manter contatos com a Comissão Mista que está estudando a proposta, além de discutir as formas de manifestação adequadas ao caso.

O presidente da Associação dos Economistas do Distrito Federal, Paulo César Timm, que integrava a mesa, afirmou que o momento de abertura política justificava uma maior ousadia, colocando-se a favor da criação imediata de uma representação também na Câmara dos Deputados. Acrescentou ainda que já é o momento de se pensar na formação de diretórios locais dos partidos, pedindo adesões ao diretório do MDB que se encontra em formação.